



Data: 14.01.2019

Título: GOVERNO CORTA BENEFÍCIOS NA ADSE

Pub: **CORREIO**
da manhã



Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Nacional

Pág: 1;18

FUNÇÃO PÚBLICA P.18

GOVERNO CORTA BENEFÍCIOS NA ADSE

**REMÉDIOS
E CIRURGIAS
SÃO OS MAIS
AFETADOS**

❖ **DOENTES**
obrigados a ir
a hospitais
com acordos
para terem
descontos

❖ **NOVA LEI**
foi publicada
durante o
período das
festas de Natal
e Ano Novo

Área: 871cm² / 49%

Tiragem: 148.036

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6348702



FUNÇÃO PÚBLICA



Área: 871cm² / 49%

FOTO Tiragem: 148.036

Cores: 4 Cores

ID: 6348702

Governo acaba com benefícios na ADSE

DECRETO-LEI ☉ Beneficiários passam a pagar mais se forem a hospitais sem acordo de convenção
CORTES ☉ Diploma põe fim à comparticipação de medicamentos e dispositivos médicos

SÓNIA TRIGUEIRÃO

Os beneficiários que se dirigem a hospitais privados sem acordo de convenção com a ADSE (o sistema de assistência na doença dos trabalhadores e aposentados do Estado) vão pagar mais por medicamentos e dispositivos médicos. Isto porque o Governo acabou com as comparticipações no âmbito do regime livre “Não são objeto de comparticipação

os medicamentos e dispositivos médicos dispensados em farmácias comunitárias, nem os prescritos ou dispensados por estabelecimentos integrados na rede nacional de prestação de cuidados de saúde, exceto se consumidos em ambiente hospitalar numa entidade que tenha convenção com a ADSE”, lê-se no decreto-lei que corta os benefícios na ADSE, publicado em Diário da República (DR) a 28 de dezem-

bro de 2018. O documento é assinado pelo primeiro-ministro, António Costa, por Marta Temido, ministra da Saúde, e por Mário Centeno, ministro das Finanças. De acordo com o DR, o decreto-lei está em vigor e a produzir efeitos desde o dia 1 de janeiro. Fonte do setor privado refere ao **CM** que “o Governo, ao deixar de participar os dispositivos médicos e os medi-

camentos, está a colocar um fim às cirurgias no âmbito do regime livre, limitando a liberdade de escolha dos beneficiários da ADSE”.

Contactado pelo **CM**, José Abraão, secretário-geral do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública (SINTAP), confirmou que o decreto-lei aprovado e publicado na altura das festas natalícias apanhou os beneficiários de surpresa. “Foi tudo feito sem o parecer dos principais interessados, que são os beneficiários da ADSE”, disse, salientando que o tema vai ser “abordado na próxima reunião do Conselho Geral e de Supervisão (CGS), a 16 de janeiro”.

Contactado pelo **CM**, o Ministério das Finanças remeteu mais esclarecimentos para o Ministério da Saúde que, até à hora de fecho desta edição, não prestou explicações sobre o conteúdo do decreto-lei. ●

BENEFICIARIOS FORAM SURPREENDIDOS COM DECISÃO DO EXECUTIVO SAIBA MAIS

1963

foi o ano em que foi criada a ADSE no Ministério das Finanças, com a designação de “Assistência na Doença aos Servidores do Estado”. Tinha como objetivo “colmatar a situação desfavorável em que se encontravam os funcionários públicos em relação aos trabalhadores das empresas privadas”.

Mais de 1 milhão

Em 2017, a ADSE tinha um milhão e 212 mil beneficiários, dos quais 833 mil eram titulares. Para 2018 o sistema de assistência na doença dos trabalhadores e aposentados do Estado

estimou uma despesa total de cerca de 562 milhões de euros.

“Consideramos esta dupla tutela muito excessiva”

● José Abraão, secretário-geral do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública (SINTAP), disse ao **CM** que o decreto-lei que corta as comparticipações dos remédios e dos dispositivos médicos no regime livre “é um desrespeito claro para com os financiadores da ADSE”. “Consideramos esta dupla tutela muito excessiva”, disse, lembrando que o Governo tem na gaveta o diploma que permite alargar a ADSE aos funcionários com contrato individual de trabalho. ●



José Abraão, secretário-geral do SINTAP, critica diploma

Privados admitem cancelar os acordos de convenção

● A Associação Portuguesa de Hospitalização Privada (APHP) anunciou a 28 de dezembro que alguns prestadores admitiam deixar de ter convenção com a ADSE. Isto depois de o subsistema dos funcionários públicos ter exigido 38 milhões de euros por excessos de faturação em 2015 e 2016. O presidente da APHP, Óscar Gaspar, disse que os associados consideraram a exigência uma afronta. ●



Óscar Gaspar, da Associação Portuguesa de Hospitalização Privada

